



ENTREVISTA | Armando Monteiro
 “A importância de o país
 se reindustrializar”

SAÍDA PARA O PACÍFICO
 Rota Quadrante Rondon é
 apresentada em Cáceres

ANO XXVIII
 JUNHO / 2024
 EDIÇÃO 20

GOVERNANÇA, EMPRESAS & NEGÓCIOS



Brasil SA

EDIÇÃO DIGITAL ONLINE



MAURO MENDES

**Mato Grosso
 rumo à saída para
 o Pacífico**



◀◀◀
PRA
TUDO LADO
▲▲▲
TEM
RESULTADO ▶▶▶



HOSPITAL CENTRAL

O ÚNICO ESTADO COM 6 HOSPITAIS EM CONSTRUÇÃO

TANGARÁ DA SERRA,
ALTA FLORESTA,
CONFRESA, JUÍNA

EM CUIABÁ
HOSPITAL CENTRAL E
HOSPITAL JÚLIO MÜLLER



**Governo de
Mato
Grosso**

Mais uma vez, a sonhada saída para o Pacífico

Há cerca de três anos o Grupo Rede de Mídias empreendeu um de seus projetos especiais, surgiu a partir de uma entrevista de seu gerente Ilson Sanches com Pedrinho Lacerda: construir as condições necessárias para tornar uma realidade acalentada muitas décadas antes: a tão sonhada saída o oceano Pacífico.

Desde então o grupo RDM mobilizou grande parte de seu efetivo, arrebanhou apoio de políticos, empresários e outros entusiastas da ideia. O projeto avançou, mas, devido a algumas questões práticas, parou no exato momento em que havia a necessidade de uma força institucional para emular setores importantes para a concretização da ideia.

Eis que agora, pela perspectiva de avanços promovidos pelo governo de Mato Grosso, a questão chega ao debate no Senado da República, pelas mãos do senador Wellington Fagundes (PL), e, concomitantemente, abre-se outra vertente com um projeto do governo federal, tendo à frente a ministra do Planejamento, Simone Tebet.

O projeto federal é o Rota Quadrante. Ele e os investimentos do governo de Mato Grosso rumo à saída para o Pacífico são temas centrais desta edição. Boa leitura!



João Orozimbo Negrão
Coordenador Editorial do
Grupo Rede de Mídias

ÍNDICE | Junho 2024



08 | ENTREVISTA

Em exclusiva a RDM Brasil S/A, **Armando Mondeiro**, ex-MDIC de Dilma Rousseff, falou da importância de o país se reindustrializar

05 | OPINIÃO | Jean Pierre Chauvin

06 | BASTIDORES DA REPÚBLICA | João Pedro Marques

08 | ENTREVISTA | Armando Monteiro

12 | ROTA QUADRANTE RONDON

16 | MAURO MENDES

18 | BIOMAS BRASILEIROS | PAMPAS

26 | MUDANÇAS CLIMÁTICAS

28 | PERIGOS DA HIPERCONECTIVIDADE

30 | CONFERÊNCIA DO CLIMA

NESTA EDIÇÃO

TEXTOS

HUMBERTO AZEVEDO, JEAN PIERRE CHAUVIN, JOÃO PEDRO MARQUES, PAULA PIMENTA, VIVIANNE FERNANDES, AGÊNCIA BRASIL, AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA INDÚSTRIA, SPUTNIK BRASIL.

FOTOS

ANTONIO CRUZ, BETO BARATA, CAMILA DOMINGUES, CLAUDIO FACHEL, FERNANDO DIAS, GERALDO MAGELA, GLAYDSON BENCKE, GUSTAVO GARGIONI, JEFFERSON RUDY, MAURÍCIO KÖPP, PATRICK COLOMBO, PEDRO FRANÇA, TAIS DE SOUZA DA SILVA, VINÍCIUS BERTACO, AGÊNCIA BRASIL, AGÊNCIA EMBRAPA, AGÊNCIA CÂMARA, AGÊNCIA SENADO.

RDM MATO BRASIL S/A NÃO SE RESPONSABILIZA POR MATÉRIAS E ARTIGOS ASSINADOS, QUE NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DA REVISTA. AS MATÉRIAS ESPECIAIS PUBLICADAS NA RDM SÃO DE COLABORAÇÃO DE SEUS AUTORES E CEDIDAS ESPONTANEAMENTE, SEM FINS LUCRATIVOS.

REDAÇÃO:

(65) 3623-1170 / 3622-2310 - redacao@revistardm.com.br

COMERCIAL/MÍDIA:

ARTUR DIAS DA FONSECA NETO
(65) 3623-1170 - (65) 99682-1470
midia@revistardm.com.br
comercial@revistardm.com.br

ADMINISTRATIVO CENTRAL
(65) 3623-1170

DISTRIBUIÇÃO/CIRCULAÇÃO
ADEMIR KUHNEN GALITZKI

A REVISTA RDM BRASIL S/A É UMA PUBLICAÇÃO



Maria da Conceição Tavares, presente!

Jean Pierre Chauvin, professor da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP

Falecida na manhã de 8 de junho, Maria da Conceição Tavares (1930-2024), professora nascida em Portugal que se tornou uma das maiores referências internacionais no debate sobre a macroeconomia.

Severa crítica do neoliberalismo – concebido na década de 1940 e colocado em prática a partir dos anos de 1970 – Tavares combinava erudição, lucidez, combatividade e eloquência em suas aulas. Decerto os internautas terão visto dezenas de registros de suas falas contundentes, dentro e fora da universidade, dentre as quais a célebre entrevista ao programa Roda Viva, na TV Cultura, em 1995.

Um dos ensinamentos legados pela pensadora foram a clareza e objetividade de seus diagnósticos e proposições. E é justamente por reconhecer minhas lacunas teóricas e limitações na prática docente que, durante os últimos semestres letivos, tenho recorrido a valiosas sínteses, extraídas de discursos incisivos formulados por essa intelectual militante, tais como: “Este é um curso rebelde”, ou “Só faz de conta que a política não interessa quem manda”, ou “Ser cidadão [norte] americano quer dizer ter dois símbolos de mercado: uma carteira de automóvel e um cartão de crédito”.

Na entrevista concedida ao Roda Viva, quase três décadas atrás, encontramos uma de suas sínteses mais conhecidas, relacionada à maneira à qual nos habituamos a infraviver: “A economia que não se preocupa com justiça social é uma economia que condena os povos a isso que está ocorrendo no mundo inteiro: uma brutal concentração de renda e de riqueza, o desemprego e a miséria”.

Dez anos antes, ela observara em um

ensaio que “até 1981, só a política econômica da Inglaterra apoiava declaradamente a moeda [norte] americana”. Entretanto, no transcorrer daquela década, pouco a pouco “todos os países desenvolvidos do mundo, quaisquer que fossem seus governos – socialistas, social-democratas, conservadores etc.”, estavam “praticamente alinhados em termos de política cambial, política e taxa de juros, política monetária e política fiscal”.

A cada vez que parte uma intelectual e professora do porte de Maria da Conceição Tavares, a gente se sente meio órfão de lutas e

“A economia que não se preocupa com justiça social é uma economia que condena os povos a isso que está ocorrendo no mundo inteiro: uma brutal concentração de renda e de riqueza, o desemprego e a miséria”

ideias. Sim, porque criticar o país com o devido embasamento é uma forma de ser e agir de modo coerente e inclusivo.

Dentre as leituras e escutas que pude fazer, Maria da Conceição Tavares está no panteão (particular) ocupado por Maria Isaura Pereira de Queiroz, Marilena Chauí, Sonia Kruppa e Wanda Antunes – para mencionar apenas algumas das mulheres que protagonizam o pensamento crítico, articulado à postura combativa, e estimulam a ação transformadora dos livros e da sala de aula. ●

China já tem capital de carros voadores. Brasil terá seu voador em dois anos

Asfalto já é coisa do passado ao menos para a cidade chinesa de Guangzhou, que vai investir US\$ 1,4 bilhão para se tornar o principal polo mundial de carros voadores. A ideia é usar todo esse dinheiro para construir o ecossistema ideal para essa tecnologia, o que inclui desde pontos de decolagem e pistas de pouso até aeródromos específicos para os veículos. Enquanto isso, o Brasil se prepara para ter seu carro voador em dois anos. Isso mesmo: a Embraer deverá lançar o primeiro carro “alado” nacional em 2026. Com motor elétrico, o modelo tem quase 3 mil encomendas já feitas.



Divulgação



Inadimplência do Agronegócio permanece relativamente estável

Informações inéditas divulgadas na segunda edição do Boletim Agro da Serasa Experian mostraram que, considerando apenas dívidas que venceram por mais de 180 dias e em setores que se relacionam às principais atividades do agronegócio, o cenário geral da população agro que atua como pessoa física registrou inadimplência de 7,1%, permanecendo praticamente estável. Com um sutil aumento de 0,8% nos últimos três meses de 2023, frente ao mesmo período do ano anterior. “Apesar da alta sutil que registramos, esse ainda continua sendo um percentual pequeno que revela que a maior parte dos proprietários rurais está honrando seus compromissos financeiros no campo e, sendo assim, garantindo a estabilidade econômica, bem como fomentando a evolução do setor”, explica o head de agronegócio da Serasa Experian, Marcelo Pimenta.

Proteção do Pantanal gera novo embate entre STF e Congresso

O Supremo Tribunal Federal reconheceu a omissão do Congresso em editar uma norma específica que garanta a preservação do meio ambiente na exploração do Pantanal. Por 9 votos a 2, os ministros seguiram o voto do relator André Mendonça, que ressaltou haver obrigação constitucional de proteger certas regiões brasileiras, como o Pantanal, a Floresta Amazônica e a Mata Atlântica. A Corte deu parecer favorável a uma ação protocolada pela Procuradoria-Geral da República, que afirma não haver nenhuma lei criada desde a promulgação da Constituição, em 1988, que assegure a proteção do bioma e seus recursos naturais. O STF deve fixar um prazo de 18 meses para que o Legislativo edite um texto que concilie a exploração e a preservação do Pantanal.



Divulgação



A polêmica tributação da previdência privada

A transferência de recursos acumulados em planos de previdência privada como herança poderá ser taxada no Brasil. Esta proposta faz parte do segundo projeto de regulamentação da reforma tributária, que o governo ainda enviará ao Congresso. A reforma tributária inclui três projetos de lei: transição para novos impostos IBS e CBS; regras para gestão do IBS e taxação de herança sobre previdência privada; e regras do imposto seletivo sobre bens prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Os estados pediram a taxação da previdência privada para mais segurança jurídica. Os planos PGDL e VGDL serão taxados de forma progressiva, com arrecadação destinada aos estados, que definirão as alíquotas locais. A reforma também inclui alterações nos impostos sobre herança e doações.



Divulgação

USP deixa de ser a melhor universidade da América Latina

A Universidade de São Paulo perdeu o posto de melhor da América Latina no ranking da Quacquarelli Symonds, dando lugar para a Universidad de Buenos Aires, segunda colocada da região na edição passada. Mesmo com a queda, a USP segue entre as 100 melhores nos quesitos de reputação acadêmica e do empregador, resultados de emprego e sustentabilidade. Além da USP, que ficou em 92º lugar na classificação global, Unicamp (232), UFRJ (304) e Unesp (489) se destacaram no top 500, em um total de 1.500 universidades. No topo da classificação global, aparece o Massachusetts Institute of Technology pelo 13º ano consecutivo, seguido por Imperial College London, e as universidades de Oxford, Harvard e Cambridge.



Divulgação

DITO & FEITO



"O governo é contrário a qualquer programa de privatização das praias públicas, que cerceia o povo brasileiro de poder frequentar essas praias. Do jeito que está a proposta, o governo é contrário a ela."

Do ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha

"Achamos que qualquer projeto de lei que alimente esse clima de intolerância, de beligerância, não deveria estar no centro das pautas neste momento."

Idem

'Lula III está desafiado a poder reorientar algumas políticas e não promover retrocessos'

Em entrevista exclusiva ao portal RDMNews, que a RDM Brasil S/A reproduz abaixo, Armando Monteiro, ex-MDIC de Dilma Rousseff, falou, ainda, da importância de o país se reindustrializar

Fotos: Divulgação

Por Humberto Azevedo

O ex-deputado federal, ex-senador da República e ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) do segundo governo da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), Armando Monteiro, afirmou em entrevista exclusiva ao portal RDMNews que o terceiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) “está desafiado a poder reorientar algumas políticas e não promover retrocessos em algumas áreas”.

Na oportunidade, o político pernambucano, atualmente filiado ao Podemos, falou, ainda, da importância de o país se reindustrializar. Para ele, que também já foi presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a

reindustrialização do Brasil só será alcançada com políticas de fomento e um ambiente de negócios mais dinâmico e livre de amarras para as empresas.

Ex-deputado por três mandatos (1999 a 2010) e ex-senador da República entre 2011 e 2018, Armando Monteiro pontuou que “é importante dizer que o Brasil no [seu Produto Interno Bruto] PIB, a participação da indústria já alcançou 32%, 33%”. E que, hoje, infelizmente, “o Brasil vive um processo de desindustrialização”.

Segundo ele, que também teve passagens pelo MDB, “há uma relação direta entre o crescimento [econômico do Brasil] e o desempenho da indústria” e que, portanto, “é fundamental que a gente relance a indústria” no país. E para isso “a reforma tributária é um

elemento muito importante para relançar a indústria”.

“Esta agenda é uma agenda densa, desafiadora, não é uma agenda de curtíssimo prazo, mas é preciso que se coloque a indústria no centro da própria agenda do país. E que na estratégia de crescimento do país a indústria possa ter um papel central. Esse é o ponto”, observou.

BACEN

Ex-PSDB, onde começou a carreira política em 1990 e regressou no ano de 2021 após se desligar do PTB, atualmente PRD, Armando Monteiro falou também que “mais importante que discutir nomes” para suceder Roberto Campos Netto na presidência do Banco Central do Brasil (Bacen), é preciso que



Ex-senador pernambucano Armando Monteiro, durante discurso proferido naquela Casa da Federação no último ano de seu mandato, em 2018

“Esses anos em que o Brasil tem vivido um baixo crescimento em grande parte podem ser explicados pela perda de desempenho do setor industrial”

“o governo tenha claramente uma compreensão que a política monetária precisa ter autonomia, mas não prescinde de uma boa política na área fiscal”.

Segue a íntegra da entrevista.

RDMNews: Como o senhor está vendo estas iniciativas do governo Lula III em tentar reindustrializar o país? Tanto com a questão do programa Mobilidade Verde e inovação (Mover), como das demais ações implementadas pelo MDIC? O Brasil vai conseguir se reindustrializar?

Armando Monteiro: O Brasil precisa ser reindustrializado. O mundo todo está vivendo um processo em que há um relançamento da indústria. Uma nova geração de políticas industriais no mundo inteiro, inclusive, nos países

desenvolvidos. Isso se dá, inclusive, pelo impacto das novas tecnologias decorrentes, por exemplo, [do processo] dadescarbonização da indústria, da digitalização dos processos industriais. O Brasil precisa aproveitar as condições de vantagens comparativas que dispõe para relançar a sua indústria. E, nesse sentido, no que diz respeito à descarbonização, o Brasil tem uma vantagem extraordinária. Por isso, eu acho que em boa hora o governo lança uma política industrial cujos principais desafios são poder estabelecer metas factíveis que possam ser efetivamente acompanhadas. E o desafio é também da governança política, a forma como você coordena esta política dentro de diferentes ambientes do governo. Mas a sinalização, as linhas gerais da política, as prioridades

que estão anunciadas são todas elas, a meu ver, bem concebidas.

RDMNews: Na última semana foi revelado que o PIB do primeiro trimestre de 2024 alcançou um crescimento de 0,8%, puxado pela agricultura e pela indústria de serviços, incluindo aí o setor comercial. E a indústria no todo, apesar de bons sinais nos produtos de alto valor agregado, registrou um decréscimo de 0,1%. Assim, esse esforço para reindustrializar o país não vai surtir efeito de um ano para o outro e, sim, provavelmente será sentido na próxima década. Dessa forma, qual é a previsão a apresentar números da sua indústria como era até uns 20, 30, 40 anos atrás?

Armando Monteiro: Olha, é importante dizer que o Brasil, no PIB do país, a participação da indústria já alcançou 32%, 33%. Hoje, quando nós consideramos o agregado da indústria [com] a indústria de transformação, indústria extrativa mineral e a construção civil, isso alcança 20%. E quando se apura apenas a indústria de transformação, o resultado é de menos de 12%. Portanto, o Brasil vive um processo de desindustrialização em termos relativos. Assim, é fundamental que a gente relance a indústria. Porque há uma relação direta entre o crescimento [econômico do Brasil] e o desempenho da indústria. Esses anos em que o Brasil tem vivido um baixo crescimento em grande parte podem ser explicados pela perda de desempenho do setor industrial. Mas apoiar a indústria não é algo que depende apenas de política industrial ativa como nós estamos falando. É preciso melhorar o ambiente de operação das empresas. E, nesse sentido, a reforma tributária é um elemento muito importante para relançar a indústria. Porquê? Porque hoje a produção nacional tem uma série de desvantagens em relação ao produto importado. Nós precisamos neste sistema tributário novo desonerar as exportações e isso é algo que virá com a reforma, de modo que se possam eliminar resíduos tributários que tiram a competitividade da produção nacional. Então, eu acredito que esta agenda é uma agenda densa, desafiadora, não é uma agenda de curtíssimo prazo, mas é preciso que se coloque a indústria no centro da própria agenda do país. E que na estratégia de crescimento do país a



O então presidente da CNI, Armando Monteiro, durante discurso realizado em 22 de outubro de 2007, durante o 2º Encontro Nacional da Indústria, que discutiu temas como licenciamento ambiental, políticas e programas de apoio às pequenas e microempresas, entre outros assuntos

“Nós temos um desafio muito grande ainda em poder fazer com que o nosso país possa se tornar uma sociedade mais dinâmica, mais produtiva. E, neste sentido, é fundamental que a boa política possa prevalecer essa visão de que temos que colocar os interesses gerais do país acima dos interesses de grupos”

indústria possa ter um papel central. Esse é o ponto!

RDMNews: O senhor já foi deputado federal, senador, ministro do MDIC e o Brasil vem mudando desde os tempos da redemocratização nos anos 80 até nesta segunda década do século 21. Como que o senhor avalia essa transformação desde o governo Sarney até agora a gestão Lula III?

Armando Monteiro: Olha, eu acho que o Brasil vive a cada tempo novos desafios. Há aspectos que são e que devem ser identificados no Brasil como aspectos positivos. Eu acho que o país desenvolveu competências em algumas áreas, nós temos indiscutivelmente um

grande sucesso no agronegócio que se deu pela incorporação de tecnologias por esse trabalho fantástico que a Embrapa [Empresa Brasileira de apoio à Pesquisa Agropecuária] pode fazer evidentemente como empresa estatal também, e que teve pelo que representou o seu esforço na área de pesquisa e se transformou em ganhos e transferiu para ganhos extraordinários do setor privado no agro. O Brasil tem alguns nichos na indústria que podem ser apontados como também de alta performance. Mas o Brasil ainda convive, infelizmente, com alguns problemas estruturais, que até se agravaram ao longo do tempo. Os desníveis socioeconômicos, desequilíbrios inter-



Armando Monteiro, durante evento no Palácio do Planalto na gestão da ex-presidenta Dilma Rousseff, da qual foi ministro entre os anos de 2015 e 2016

regionais, o problema, a meu ver, da baixa eficiência ainda do setor público. Portanto, nós temos um desafio muito grande ainda em poder fazer com que o nosso país possa se tornar uma sociedade mais dinâmica, mais produtiva. E, nesse sentido, é fundamental que a boa política possa prevalecer essa visão de que temos que colocar os interesses gerais do país acima dos interesses de grupos, que ainda têm a capacidade, infelizmente, de influenciar nem sempre para o bem o rumo do país.

RDMNews: E como avalia esses primeiros 15 meses do governo Lula III?

Armando Monteiro: Eu percebo que, evidentemente, o presidente tem e sempre teve uma preocupação com as políticas sociais, etc. Mas sinto que o governo tem uma certa dificuldade de compreender a natureza das mudanças que ocorreram no ambiente econômico. E, portanto, eu identifico a falta de uma agenda renovada. Eu acho que o governo tem uma tendência em querer reeditar políticas [públicas], que podem ter tido importância num outro contexto, mas que agora já não podem dar respostas que o governo imagina. Portanto, eu creio que o governo está desafiado a poder reorientar algumas políticas e

não promover retrocessos em algumas áreas.

RDMNews: Que retrocessos seriam esses?

Armando Monteiro: Eu acho que a visão do exemplo de que a economia em que você deve gastar e que gastar mais é sempre melhor. A falta de compreensão de que a política monetária exige para que você possa flexibilizar a política monetária, você precisa ter uma política fiscal que ajude a política monetária. Hoje o Brasil tem taxas de juros altas porque convive com o desequilíbrio fiscal crônico. Então, é preciso ter também uma visão na macroeconomia, eu diria, mais equilibrada.

RDMNews: Com relação a esse tema que diz respeito à condução da política monetária e a condução da política fiscal, o ex-presidente do Banco Central, no segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que inclusive declarou a importância de votar em Lula no ano de 2022 contra o ex-presidente Bolsonaro para salvar o país do ponto de vista da civilidade e da democracia, vem fazendo diversas críticas à atual condução da política fiscal da gestão Lula III e que, se chamado a ajudar,

gostaria de voltar ao comando do Banco Central. Num momento em que o atual diretor de política monetária do Bacen, André Galípolo, ex-secretário-executivo do Ministério da Fazenda, é tido como o mais cotado para assumir a condução do Bacen a partir de 2025. Como o senhor avalia esse cenário?

Armando Monteiro: Olha, eu acho que mais importante que discutir nomes, e o Brasil tem quadros técnicos muito qualificados e Armínio Fraga é sem dúvida nenhuma um grande quadro, é que o governo tenha claramente uma compreensão de que a política monetária precisa ter autonomia, mas não prescindir de uma boa política na área fiscal. Se não houver uma coordenação da política fiscal para com a política monetária, qualquer que seja o presidente do Banco Central, terá dificuldades. Portanto, para que o Brasil alcance uma situação macroeconômica mais equilibrada, com taxas de juros mais baixas, é necessário que tenhamos uma política e uma gestão na área fiscal mais equilibradas, e que não tenha que, como se parece essa visão de que temos que gastar mais à custa de um desequilíbrio que se reflete já em quase dez anos de déficits primários, o que vem contribuindo para ampliar e agravar o problema da dívida pública no Brasil. ●



Ministra Simone Tebet liderou comitiva que debateu projeto das Rotas de Integração Sul-Americana

Rota Quadrante Rondon é apresentada em Cáceres

Lançamento do projeto teve a presença dos ministros da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, e da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes



Da Redação

Os ministros da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, e da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, apresentaram no dia 21 de junho, durante cerimônia em Cáceres (218 km de Cuiabá), a Rota Quadrante Rondon, uma das cinco Rotas de Integração Sul-Americana. A proposta do governo federal é que o Brasil possa aumentar o comércio com países vizinhos por meio de rotas mais curtas e logisticamente menos custosas, diante da força das exportações e importações do país com a Ásia.

“Temos cinco rotas para apresen-

tar, mas só vou falar da terceira, que é a que interessa a Mato Grosso. Quero dizer, sem medo: uma rota não exclui a outra, uma rota não fragiliza a outra, uma rota não compete com a outra. Pelo contrário. Se eu tivesse levado ao presidente Lula só uma rota, ele colocaria na gaveta e falaria 'isso não é projeto de país. A gente não vai conseguir desenvolver o interior do país dessa forma'. Vocês vão ver como uma rota está interligada na outra”, destacou Simone.

Simone Tebet ressaltou que o evento era o momento de apresentar as rotas, mas também de escuta e devolutiva aos estados. Explicou que as cinco rotas se complementam, e levarão desenvolvimento ao interior

do país. “Não há Brasil forte sem olhar para o interior”, afirmou.

O estado do Mato Grosso é diretamente beneficiado pela Rota 3, a Quadrante Rondon. As rotas de integração têm o duplo papel de incentivar e reforçar o comércio do Brasil com os países da América do Sul e reduzir o tempo e o custo do transporte de mercadorias entre o Brasil e diferentes mercados emergentes da Ásia.

A ministra falou sobre a necessidade de diminuirmos as desigualdades regionais, em especial nas áreas de fronteira. “Nós sabemos que a cara mais pobre do Brasil, lamentavelmente, está na fronteira. E outro recorte triste, é sempre uma mulher, é sempre uma mulher negra. É possível que as



riquezas cheguem a todos”. Ela ressaltou que o projeto das rotas tem a potencialidade de desenvolver o interior do país, gerando mais empregos e o crescimento da renda da população.

Sobre os recursos para o financiamento de infraestrutura na América Latina, Tebet destacou o esforço do MPO com os bancos de desenvolvimento. “Nós temos orçamento (PAC), mas e os nossos vizinhos? Como eles farão obras? Nós fizemos uma carteira de investimentos de US\$10 bilhões (cerca de 50 bilhões de reais) com os bancos de desenvolvimento (BID, CAF, Fonplata e BNDES), para financiar obras de infraestrutura dos países vizinhos”. A ministra explicou ainda que os recursos disponibilizados pelo BNDES serão destinados apenas ao financiamento de projetos em estados e municípios brasileiros, totalizando US\$ 3 bilhões.

O ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, salientou que as rotas de inte-

“Nós temos um desafio muito grande ainda em poder fazer com que o nosso país possa se tornar uma sociedade mais dinâmica, mais produtiva. E, neste sentido, é fundamental que a boa política possa prevalecer essa visão de que temos que colocar os interesses gerais do país acima dos interesses de grupos”

gração beneficiarão todo o país e não apenas os estados pelos quais elas passam. “O que foi apresentado aqui, pela ministra Simone Tebet, é uma transformação. Quem produz, sabe do custo que é a logística. Tudo que ela apresentou para o Brasil, todas essas rotas, beneficiarão o país inteiro”.

Já o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, destacou as potencialidades nas relações comerciais na América Latina e o comércio com a Ásia, ressaltando que “essa é uma região (fronteira do Mato Grosso) que está à espera de oportunidades”, e que as rotas abrem esse caminho.

MATRO GROSSO ENTRE OS PRINCIPAIS ESTADOS EXPORTADORES

Dados do Ministério do Planejamento mostram que, entre 2000 e 2023, Mato Grosso saltou do décimo para o quarto lugar entre os principais estados exportadores do Brasil. As vendas externas do estado passaram de US\$ 1,7 bilhão para mais de US\$ 32 bilhões no período. Em 2023, o complexo soja, o milho, as carnes bovinas e o algodão representaram mais de 90% do total das vendas mato-grossenses. A China é a maior compradora do estado, com 41% do



total. Apesar do cenário, Mato Grosso continua escoando cerca de 56% da sua produção pelos portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR).

Os números mostram ainda que as importações de Mato Grosso passaram de US\$ 158 milhões no ano 2000 para US\$ 3,2 bilhões em 2023. O aumento, segundo o ministério, se deve, sobretudo, à importação de adubos, que representaram mais de 70% do total. No período, as importações de fertilizantes pelo estado foram oriundas, principalmente, do Canadá, da Rússia e da China, países banhados pelo Oceano Pacífico, e ingressaram no Brasil pelos portos de Santos e Paranaguá.

“Só tem um jeito de a gente acabar com a desigualdade social, no sentido de diminuir essa desigualdade: diminuir a desigualdade regional. Não é possível os estados do Centro-Oeste e alguns do Norte e mesmo do Nordeste serem estados mais pobres que estados do Sudeste. Diante disso, se eu apresentasse essas rotas há exatos 30

anos, as pessoas iam sair daqui de fininho, ir embora e falar 'isso é mera utopia'”, lembrou Simone. “Em quatro anos, todas essas rotas têm condições de já estarem ligando nossos estados à China e à Ásia”, completou.

“Quem produz e está em Mato Grosso sabe do custo que é a logística. Sabe do quanto a logística tira do seu suor, da composição do seu preço”, destacou Waldez Góes. “Com todas essas rotas, o Brasil inteiro será beneficiado. Logicamente que, onde estão mais estruturadas as rotas, os estados como aqui, Mato Grosso, têm a oportunidade de ser mais beneficiados”, concluiu.

Eliene Liberato Dias, prefeita de Cáceres, ressaltou a importância do projeto para o município e as oportunidades de desenvolvimento da região. “Existe um compromisso, senão vocês ministros não estariam aqui. E existe a certeza de que nós temos produtos e riquezas, mas nada disso se projeta se não tivermos investimen-

tos em infraestrutura e logística”, afirmou. A prefeita citou que 10 mil famílias do município dependem de assistência social do governo. “Não podemos aceitar o Mato Grosso tão pungente, que alavanca o Brasil, e nossa região com 22 municípios e 500 mil habitantes ainda sofra”.

Representando um dos países vizinhos, a Bolívia, o secretário de Obras Públicas do Governo Autônomo do Estado de Santa Cruz, Luiz Fernando Terceros, ressaltou que existe espaço para expansão dos negócios com o Brasil. “Este projeto apresentado pela ministra, do qual nós fazemos parte e acreditamos, é fundamental para novos negócios”.

Ao todo, o projeto das Rotas de Integração Sul-Americana prevê 10 obras de infraestrutura em Mato Grosso, todas já incluídas no Novo PAC e com recurso garantido no orçamento federal.

Confira abaixo os principais projetos de integração sul-americana em Mato Grosso:



CONSTRUÇÃO DA BR-174/MT

A ampliação da BR-174 em Mato Grosso, de acordo com o governo federal, representa um investimento necessário na infraestrutura viária. A rodovia integra uma importante área produtiva do noroeste de Mato Grosso com o sul de Rondônia, contribuindo para conectar as cidades de Colniza (MT) e Vilhena (RO).

AEROPORTO DE CÁCERES/MT

Cáceres tem cerca de 95 mil habitantes e tem acesso à capital Cuiabá pela BR-070 e ao município boliviano de San Matías. A cidade também é cortada pela BR-174, que segue para Pontes e Lacerda (MT) e Vilhena (a 540 quilômetros). Cáceres também conta com uma opção hidroviária, pelo Rio Paraguai, até Corumbá (MS). O aeroporto, na avaliação do governo federal, é um importante canal de acesso ao Pantanal.

“Nós temos um desafio muito grande ainda em poder fazer com que o nosso país possa se tornar uma sociedade mais dinâmica, mais produtiva. E, neste sentido, é fundamental que a boa política possa prevalecer essa visão de que temos que colocar os interesses gerais do país acima dos interesses de grupos”

BR-070/174/364/MT

O trecho, segundo o governo federal, facilita o acesso a áreas de produção em Mato Grosso e Rondônia, “contribuindo para a sua dinamização e desenvolvimento”. A obra promove melhoria da infraestrutura em uma região considerada altamente produtiva e exportadora – somente as cidades de Campo Novo do Parecis (MT), Sapezal (MT) e Vilhena exportaram US\$ 3 bilhões em 2023, sobretudo de soja, milho, algodão e carnes.

CONSTRUÇÃO DE INFOVIA ESTADUAL MT

A obra, em execução, conecta 5 mil quilômetros de cabos de fibra óptica pelos municípios matogrossenses de Juína, Parecis, Brasnorte, Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Nobres, Pontes e Lacerda, Jauru, Barra de Bugres, Cuiabá, Campo Verde, Jaciara, Rondonópolis, Alto Garças, Barra do Garças e Cáceres. A rede chega até a fronteira com a Bolívia.



ADEQUAÇÃO DA BR-070/MT

A BR-070 é classificada pelo governo federal como um importante corredor de integração nacional, conectando Brasília com Cáceres ao longo de 1,3 mil quilômetros. “É fundamental para o escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste, principal região do agronegócio do país”. A adequação é no trecho em que a rodovia contorna Cuiabá e Várzea Grande (MT), buscando facilitar o fluxo de cargas, acelerar a circulação de veículos e contribuir para aumentar a competitividade dos produtos.

AEROPORTO DE CUIABÁ/MT

Com cerca de 619 mil habitantes, a capital de Mato Grosso detém a maior

produção agrícola do Brasil e é cortada pela BR-364. Destacam-se, como atrativos turísticos, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, construída em 1730, e Chapada dos Guimarães. No Aeroporto Marechal Rondon, a concessionária prevê a conclusão das obras de ampliação e modernização do terminal ainda em 2024.

BR-163/MT – DIVISA MT/MS – SINOP/MT

A BR-163 é considerada pelo governo federal como fundamental para a articulação de uma das regiões agrícolas mais produtivas e exportadoras do Brasil. São 800 quilômetros entre Ouro Branco do Sul (MT) e

Sinop (MT), passando por Lucas do Rio Verde (MT) e Sorriso (MT). Em seguida, a carga segue para o norte.

EXTENSÃO DA MALHA NORTE

Inaugurada em 1998, a Ferronorte tinha 500 quilômetros de comprimento, entre Santa Fé do Sul (SP), nas margens do Rio Paraná, e Alto Araguaia (MT). Em 2012, houve uma ampliação de 260 quilômetros, levando os trilhos até Rondonópolis (MT). O objetivo do atual projeto é adicionar 600 quilômetros na atual ferrovia, para conectá-la com o epicentro do agronegócio de Mato Grosso. O novo trecho incorpora os municípios de Lucas do Rio Verde e Nova Mutum, além da capital.

EF-170 – FERROGRÃO

O projeto prevê que a ferrovia, com quase mil quilômetros, conecte Sinop com o Porto de Miritituba, em Itaituba (PA). Seguindo um trajeto similar ao utilizado por caminhões na BR-163, a finalidade é tornar menos demorado, menos custoso e menos poluente o escoamento de grãos do Centro-Oeste pelos portos do Arco Norte. Atualmente, metade das exportações matogrossenses de soja e milho sai do Brasil pelos terminais de Belém, Santarém (PA), São Luís e Santana (AP).

BR-163/MT/PA – SINOP/MT – MIRITITUBA/PA

Este trecho da rodovia, segundo o governo federal, tem a função de escoar grande parte da produção de grãos do Centro-Oeste ao longo de mil quilômetros até o Porto de Miritituba, na cidade de Itaituba (PA), nas margens do Rio Tapajós. Em seguida, as cargas seguem por via fluvial até o Rio Amazonas e, então, para o Oceano Atlântico.

(Informações da Agência Brasil e do Ministério do Planejamento)



Mauro Mendes se compromete a investir na Rodovia Binacional

Governador de Mato Grosso, que participou de uma audiência pública no Senado que debateu a implantação de uma rodovia binacional entre Brasil e Bolívia, informou que garantir pavimentação até o país vizinho

Por Humberto Azevedo

Se depender do governador de Mato Grosso, Mauro Mendes (União Brasil), a tão sonhada saída para o oceano Pacífico, via uma rodovia que, saindo de Mato Grosso, passando pela Bolívia, até o Peru, Chile e Equador, garantirá o acesso do Brasil, via aquele estado, aos países asiáticos. Mendes se comprometeu a asfaltar 150

quilômetros até a fronteira com a Bolívia se país vizinho também firmar o mesmo compromisso. A promessa feita pelo gestor mato-grossense aconteceu durante sua participação na audiência pública promovida pela Comissão de Infraestrutura do Senado Federal que debateu a implantação de uma rodovia binacional entre os dois países.

A declaração de Mauro Mendes ocorreu após ser questionado pelo senador Wellington Fagundes (PL-MT), que presidia a sessão de audiência pública. Na oportunidade, o governador destacou que “é importante que cada um cumpra o seu papel. Eu acho que o governo do estado tem um papel. E o nosso papel nós queremos desempenhar, asfaltar hoje de Vila Bela até a



Mauro Mendes cumprimenta senadores e demais participantes da audiência realizada no Senado

“Eu acho que o governo do estado tem um papel. E o nosso papel, nós queremos desempenhar, asfaltar hoje de Vila Bela até a fronteira ali, até Palmarito, até San Ignacio [de Velasco] são 148 ou 150 km”

fronteira ali, até Palmarito, até San Ignacio [de Velasco] são 148 ou 150 km”, iniciou.

“Isso promoveria definitivamente uma infraestrutura logística melhor para que essa tão sonhada integração [da América do Sul], cantada em verso e prosa, ao longo de décadas, possa acontecer. Porque os caminhões não vão caminhar em estradas inseguras e, principalmente, e em péssimas condições; 98% do turismo mundial é feito onde tem boa infraestrutura, boas condições de se receber. Então, nós precisamos dar esse espaço”, continuou.

“O que eu posso lhe dizer [falando para o senador Wellington Fagundes] e a todos que nos acompanham, neste momento, é que o governo [estadual] entende a estratégia e entende que temos que agir. E estamos agindo. Já contratamos o projeto, o projeto ficando pronto, nós temos o compromisso de contratar os primeiros 40 km”, complementou.

OBRA TOTAL

Na sequência destacou que se o governo boliviano também assumir o compromisso de que asfaltará o percurso até a fronteira com Mato Grosso, então todo o trecho brasileiro seria assumido pelo governo estadual.

“Se houver o compromisso do outro lado, nós contratamos imediatamente a obra total e asfaltamos e entregamos até a fronteira permitindo esse novo eixo. Já existe um outro que é o eixo ligando a partir de Palmarito, de [laguna de] Marfil, cidades do lado boliviano até San Ignacio, que é uma obra muito mais barata do que fazer hoje de São Inácio até aquele ponto que nós temos ali na fronteira já com Mato Grosso, mais próximo da cidade de Cáceres. Então é isso, do nosso lado, compromisso firme, ações tomadas para cumprir o asfaltamento, para cooperar com o Senado, com o Congresso, com o governo federal”, completou.

VIABILIDADE FEDERAL

Mas Mauro Mendes ressaltou que a viabilidade desta obra precisa ser organizada pelo governo federal.

“Mas eu entendo que a liderança disso tem que ser do governo federal, através das suas instituições, através do Ministério das Relações Exteriores e, principalmente, do próprio governo federal dialogando com o governo [estadual] para que haja um aprimoramento, até uma intenção mais firme de se tomar as providências do outro lado [boliviano]. Muito mais que investir em outros continentes, como já foi feito no passado, financiando obras na África, na América Central, precisamos investir [e] ajudar a desenvolver os nossos vizinhos”, observou.

“Porque é muito melhor ser vizinho de gente rica, do que ser vizinho de gente pobre. Porque isso vai resolver um dos grandes problemas da América do Sul, que são as desigualdades sociais e também o narcotráfico que atormenta o Brasil e atormenta a todas as regiões. O desenvolvimento econômico cria um passo definitivo para melhorar as condições sociais e até de segurança no continente”, finalizou.

A audiência do Senado ouviu ainda o prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade (MT), André Bringsken (MDB); a secretária nacional de Transportes Rodoviários do Ministério dos Transportes, Viviane Esse; o secretário-executivo do Ministério da Agricultura e Pecuária, Irajá Lacerda; o subsecretário de articulação institucional do Ministério do Planejamento, Luciano Severo; e o chefe da divisão de Integração de Infraestrutura do Ministério das Relações Exteriores, João Carlos Parkinson de Castro.

Participaram ainda da audiência o subsecretário-substituto de administração aduaneira da Receita Federal, Fausto Vieira Coutinho; o superintendente da Polícia Rodoviária Federal (PRF) em Mato Grosso, Arthur Nogueira; o representante da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato), Edeon Vaz Ferreira; o presidente da Associação dos Transportadores de Carga de Mato Grosso (ATC), Miguel Mendes; o presidente do Comitê Pró-Asfaltamento e Integração Brasil-Bolívia, Pedro Lacerda; e o deputado estadual por Mato Grosso Valmir Moretto (Republicanos). ●

Avanço de monoculturas coloca Pampa em risco

Vegetação herbácea de não mais do que um metro de altura é a principal representação fisionômica desse rico bioma, que sucumbe ao rápido avanço da monocultura de grãos

Por Paula Pimenta

As extensas áreas de campos nativos a perder de vista já não são tão visíveis no Rio Grande do Sul, único estado onde se registra a presença do Pampa. A vegetação herbácea de não mais do que um metro de altura é a principal representação fisionômica desse rico bioma, que, assim como o Cerrado, está sucumbindo ao rápido avanço da monocultura de grãos, como soja, e espécies arbóreas, como eucaliptos. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) demonstram que 58,6% dos 176,5 mil quilômetros quadrados que o bioma ocupa em terra brasileira já foram descaracterizados, convertidos para outra destinação.

Segundo menor bioma em extensão

— maior apenas que o Pantanal —, o Pampa acumula também a segunda posição na maior perda de vegetação nativa entre os ecossistemas, atrás apenas da Mata Atlântica, que já não tem mais 71% da sua originalidade. E é olhando criteriosamente para baixo que se desvenda uma biodiversidade ímpar, por muitos inimaginável, recém-calculada por pesquisadores em um universo aproximado de 12,5 mil espécies que congregam fauna, flora e fungos. Toda essa riqueza, que pode ser celebrada anualmente, em 17 de dezembro, Dia do Pampa, carece de ações protetivas do Estado, já que o bioma é apontado, por especialistas, como um dos menos protegidos.

Também presente na Argentina e no

Uruguai, o Pampa, que toma quase 70% da área do Rio Grande do Sul (cerca de 30% são de Mata Atlântica), é o tema da terceira edição da série Biomas, da Agência Senado.

Nessa linha de preocupação com o Pampa, tramita no Senado a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/2023 que declara todos os biomas brasileiros — explicitamente nominados — como patrimônio nacional, de forma que sua utilização e a exploração de seus recursos naturais devem ocorrer dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente. Até agora, a regra constitucional abriga apenas como patrimônios a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, o Pantanal Mato-Grossense, além da Serra do Mar e da



Zona Costeira.

A proposta foi reapresentada este ano pelo senador Paulo Paim (PT-RS), seu primeiro signatário, após não ter sido votada na legislatura passada. Para o parlamentar, “infelizmente, a questão do meio ambiente ainda não é vista com a importância necessária”.

— Cabe a nós, que temos um entendimento sobre o tema, fazer o bom debate, diálogo, argumentações — expõe o senador.

Para Paim, tornar todos os biomas brasileiros patrimônios nacionais é “fundamental para garantir a proteção desses ecossistemas, promover o desenvolvimento sustentável e reconhecer a importância da biodiversidade”.

— Isso contribui para um país mais consciente e responsável em relação ao meio ambiente e ao seu patrimônio natural — afirma.

O senador Paim destaca ainda que a Coalizão pelo Pampa, formada por 19 associações e grupos de atuação socioambiental do Rio Grande do Sul, aponta dez diretrizes e ações para o uso sustentável e conservação do bioma, entre elas, o cumprimento e a regulamentação da legislação ambiental vigente, valorização das cadeias produtivas sustentáveis, planejamento da ocupação e uso do solo, adoção de ações de fiscalização.

— Temos uma legislação ambiental muito eficiente, mas precisamos fortalecer a fiscalização ambiental no Brasil — defende Paim.

Já para o senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS), acrescer o regramento ambiental já existente, tanto na legislação federal, quanto da estadual,



não contribuirá para aumentar a proteção ao bioma.

— Se a PEC for aprovada, o único resultado será a geração de dificuldades produtivas, além das que normalmente os produtores já enfrentam. Há mais de 300 anos, os colonizadores do bioma Pampa já se preocupavam em proteger nascentes, mata nativa e espécies naturais, ou seja, mesmo antes das legislações já havia tal preocupação, mesmo que empírica — disse Mourão.

A seu ver, “é equivocado afirmar que o avanço das monoculturas é o fator responsável pela maior parte da conversão do bioma” e que se houver necessidade de ajuste na legislação, tal medida deve ocorrer somente no âmbito do estado.

— Os gaúchos, há gerações, conhecem a exploração antrópica e sempre preservaram o Pampa. Hoje, os 20% de campos nativos são protegidos e mantêm a fisionomia do bioma, ratificando a inexistência de necessidade de mudan-

ças.

Também do Rio Grande do Sul, o senador Luis Carlos Heinze (PP) afirma que o produtor rural não é “inimigo do meio ambiente” e que é preciso lembrar que “o Brasil é um dos países com maior mata preservada”, a partir de legislações ambientais rígidas.

— O bioma Pampa representa apenas 2% do todo [nacional]. Trata-se de área, tradicionalmente, de pastagem que exige um trabalho específico que permita o equilíbrio. A atividade agrícola depende diretamente de recursos naturais como solo, água e biodiversidade. Portanto, a proteção ambiental não é apenas uma questão ética ou de conformidade legal para os produtores rurais, mas uma parte integral da estratégia para garantir a sustentabilidade e a rentabilidade das atividades — disse Heinze.

Práticas como o manejo rotacional de pastagens e a integração lavoura-pecuária podem aumentar a produtivi-





O bioma do Pampa tem extensas áreas de campos naturais, com enorme diversidade de espécies

dade ao mesmo tempo que conservam os recursos naturais, segundo o senador.

O Pampa detém singularidades ambientais típicas dos campos subtropicais. A flora é uma vegetação predominantemente campestre, ou seja, com poucas plantas lenhosas, arbustos e árvores. As gramíneas é que dão a característica fisionômica da paisagem.

Pesquisador e professor do Departamento de Ecologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Heinrich Hasenack explica que as plantas herbáceas dos campos sulinos têm seus extratos.

— Mas dependendo das regiões do Pampa, a gente tem uma composição com inúmeras outras famílias de plantas que dão uma característica diferente

para esse campo. Embora predominem as gramíneas, nós temos outras famílias presentes que a gente chama de ervas. São aquilo que a gente denomina de flores do campo, na época da primavera, principalmente, temos uma grande florada de espécies, uma mais bonita que a outra, embora efêmeras — explica o professor.

Em apenas um metro quadrado, os pesquisadores já conseguiram registrar a presença de 50 espécies, o que indica uma alta diversidade na vegetação campestre. Mas, além dos vastos campos, o bioma também apresenta áreas, em menores proporções, com vegetações arbóreas e até pantanosas.

— Claro que a gente tem que considerar que nós estamos numa região mais distante do Equador, onde a radiação

solar é menor. Mas para a latitude que a gente se encontra, é uma riqueza muito grande — completa o professor da UFRGS.

A região é afetada pela sazonalidade bem definida dos períodos de verão e de inverno, assim como pela ocorrência dos fenômenos El Niño e La Niña. Depois de enfrentar praticamente três anos de severa estiagem, a região do Pampa vive agora sequenciais chuvas torrenciais.

As características dos campos nativos do Sul o tornam altamente propício à criação de pecuária a pasto — em 2022, o estado do Rio Grande do Sul tinha 11,9 milhões de cabeças de gado, a 8ª posição no Brasil, de acordo com o IBGE. A partir de um manejo bem executado, o gado não precisa de suple-



Paim, Mourão e Heinze: senadores divergem sobre mudança na legislação para preservar o bioma

“Como patrimônio nacional, as boas práticas desenvolvidas para recuperação e preservação do Cerrado poderão acessar outros fundos de financiamento e abrir caminho para a criação de novas legislações infralegais que podem gerar maior proteção ao bioma”

mentação além do sal mineral. É o que os pesquisadores chamam de vocação natural do bioma.

— Essa vegetação campestre é uma dieta completa para o gado. E nós estamos aqui removendo a 'nossa Floresta Amazônica', esse campo extremamente rico, por monoculturas. Esse é o grande desafio de conservação porque nós temos inúmeros tipos de campo. O bioma é pequeno e além de pequeno ele tem paisagens diferentes. E cada paisagem tem limitações ao uso, que deveriam ser respeitadas — afirma o professor Hasenack.

Há uma grande preocupação com o avanço dos cultivos anuais sobre áreas que não são tradicionalmente aptas para as monoculturas. Segundo Hasenack, destrói-se a vegetação nativa para avançar em áreas que vão produzir cada vez menos. Será preciso investir em insumos, em correção do solo, em fertilização, enquanto se deveriam usar outras estratégias.

O professor aposta na pecuária

nativa como a melhor opção para a preservação do bioma.

— É claro que a gente faz pecuária extensiva há 200 anos ou mais, mas hoje se tem técnicas mais refinadas de como manejar o campo e como selecionar o gado para ter bons retornos financeiros. E, infelizmente, talvez o gargalo esteja em como transferir esse conhecimento para o produtor.

O professor e pesquisador do Departamento de Botânica da UFRGS Gerhard Overbeck também vê na pecuária a proposta mais assertiva para a conservação do Pampa.

— É uma situação na verdade muito privilegiada, só que isso não está sendo reconhecido suficientemente nas políticas públicas — afirma Overbeck.

Proveniente de gerações de pecuaristas, Vera Colares cria cerca de 300 cabeças de gado e outras centenas de animais, entre ovinos, caprinos e de consumo doméstico, no distrito de Palmas, a 70 quilômetros de Bagé. Lá, os campos nativos alimentam os bichos,

que só recebem suplementação no inverno.

— O campo nativo tem a possibilidade de se adaptar a todas as situações, de estiagem às enchentes, a recuperação dele é impressionante. A natureza dá tudo de graça, dá o pasto, mas às vezes os humanos querem destruir tudo e aí ficam escravos de comprar sementes e outras coisas, além de ficarem com uma só espécie — enfatiza a pecuarista.

Vera afirma que o campo nativo e os animais “já se entendem”, ou seja, são adaptados um ao outro, o que reduz as chances de o rebanho adoecer, por exemplo.

— Tem coisa melhor, digamos assim, do que tu poderes largar os animais naquilo que ele foi programado para comer? — questiona a pecuarista. Ela destaca ainda o bem-estar dos rebanhos, assim como a sadia e harmoniosa convivência com os animais silvestres que também desfrutam de suas terras.

A pecuarista relata que moradores de 28 municípios da região já se uniram para não permitir a instalação no local de mineradora para extração de chumbo, que receberia incentivos governamentais para ali funcionar.

— Enquanto a população, que preserva seus recursos hídricos, nascentes e não desmata, 'não recebe qualquer centavo como contrapartida governamental'.

Da mesma forma, os produtores da região são constantemente instados a se preocuparem com a possibilidade de



A paisagem típica do Pampa é formada por gramíneas e outras plantas nativas; com apenas 2% do território nacional, é reponsável por 9% das espécies

instalação de hidrelétricas e barragens, diz a pecuarista.

— Porque a gente preserva, porque a gente não produz exacerbadamente, porque a gente não arranca todas as árvores para produzir, dizem que a gente é atrasado, que a gente é subdesenvolvido — expõe.

Para a pecuarista, uma das melhores formas de preservar o bioma é bem formar e manter os jovens na área rural, a partir de políticas públicas de apoio.

— Precisamos enfatizar que se a gente quer que os biomas se mantenham, a gente tem que investir na juventude. Fazer políticas públicas, mas que eles, de fato, consigam acessar.

Levantamento que vem sendo feito desde 1985 pela rede colaborativa Map-Biomas apontou que o Pampa Sul-Americano (nordeste da Argentina, sul do Brasil e Uruguai) perdeu pelo menos 20% da vegetação campestre até 2022. “As áreas de agricultura e silvicultura aumentaram 15% no período, o que representou um aumento de 8,9 milhões de hectares. Considerada a base para a produção animal, a vegetação campestre nativa foi reduzida de 44 milhões de hectares em 1985 para 35 milhões de hectares em 2022, conforme o mapeamento.

Só no Rio Grande do Sul, antes do início do mapeamento, o Pampa já tinha um terço de sua área convertida e, de lá para cá, mais um terço se foi. Chegou-se ao ponto de hoje haver menos vegetação herbácea nativa do que cultivos agrícolas.

O Pampa sempre teve o cultivo de arroz como tradicional na região, mas nos últimos 36 anos houve um avanço muito forte da soja, que já está presente

“Quando se desmata próximo às nascentes, a água não consegue penetrar no solo. A compactação do solo, para abrir as rodovias, para a expansão dos centros urbanos, também vai inibir que essas áreas sejam infiltradas e alimentem os aquíferos. Esse é um grande problema que nós temos”

até mesmo em locais que não são os mais aptos para o plantio. Hasenack, que também é coordenador do mapeamento do Pampa no MapBiomas, afirma que o grão está entrando inclusive em ambientes mais úmidos do que naturalmente tolera, o que provocou uma transformação muito grande.

Outro problema que observam, diz o professor, é a prática de arrendamento de fazendas que deixam de criar gado para plantar soja.

— Ao serem arrendadas, eles normalmente deixam de ter o cuidado tão grande quanto se a terra fosse do próprio dono. E também há o interesse econômico: em períodos em que a soja tem um preço bom no mercado, o pessoal remove uma porção de campo, planta soja. Três, quatro anos depois o preço cai e eles abandonam a área. Então, esse é um problema muito sério porque isso dá chance para espécies invasoras agressivas invadirem esse campo e com isso não haver a renovação tão rápida do campo nativo — diz o professor Hasenack.

Por isso, a aposta para a preservação é a retomada de uma boa extensão rural, porque o grosso da conservação, acreditam os especialistas, vai ser feito nas propriedades rurais.

— O Pampa tem menos de 2% de unidades de conservação e não há unidades de conservação para todas as regiões diferentes de campo. Então não é por aí que a gente vai resolver. São importantes para conservar as regiões onde elas estão, mas o produtor deveria conservar. Ao conservar a terra dele, manejando adequadamente, ele vai ser o ator da conservação — continua Hasenack.

É o que ratifica o pesquisador Gerhard Overbeck:

— O Pampa tem sido apontado como o bioma mais ameaçado do país, se a gente levar em consideração essa taxa de perda de vegetação nativa e o fato que a porcentagem de áreas protegidas, de unidades de conservação, é muito baixa. Então, esse é um problema ambiental sério que está sendo reconhecido.

Overbeck chama atenção para o fato de as transformações sofridas pelo bioma, pela conversão de sua vegetação nativa, poderem inclusive modificar os ciclos hidrológicos, impactando também o estoque de carbono no solo, onde ele está mais estável do que na vegetação da superfície, segundo o professor. Ele observa que, com o manejo pastoril adequado e produtivo, pode se conseguir aumentar a taxa de sequestro de



Especialistas veem na pecuária a melhor atividade para preservação do Pampa - seus campos naturais são a dieta perfeita para os animais; o bioma também garante segurança hídrica

carbono, contribuindo para a mitigação de mudanças climáticas.

— O Pampa não é um bioma que as pessoas, de forma geral, associam como uma alta biodiversidade, associam como serviços ecossistêmicos. Só que essa é uma versão equivocada. Fizemos um estudo, publicado no início deste ano, que foi uma compilação de dados de biodiversidade do bioma Pampa como um todo. E a gente encontrou um total de 12,5 mil espécies (fauna, flora e fungos) registrados até hoje. Isso numa área de 2,3% do território nacional representaria uma biodiversidade de 9% do total nacional. Então, a contribuição para a biodiversidade é muito alta — expõe Overbeck.

Apesar desse número significativo, a homogeneização da vegetação nativa tem contribuído para a perda de biodiversidade. É o caso, por exemplo, do Planalto Médio, onde há regiões dos campos de “barba de bode”, gramínea muito típica, que agora está ameaçada. A agricultura só não tem avançado, segundo Overbeck, onde o relevo é muito movimentado, onde solos são muito rasos ou com afloramentos rochosos.

— Mas mesmo essas áreas, esses remanescentes que permanecem, são impactados pelas mudanças da paisagem em volta — diz.

Para o professor Hasenack, há uma falha já na educação, quando se aprende nas escolas que se deve cuidar bem das árvores, mas não há qualquer instinto de proteção de gramíneas.

— Grama, ah, isso dá para destruir porque eu planto de novo, né? Não. A gente só tem esse bioma com essas características no Brasil. Então, se a

gente não guardar um pouquinho de cada um dos biomas, nós vamos estar perdendo a biodiversidade.

Conforme levantamento oficial do Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (braço do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima responsável pelo registro nacional) há cerca de 3,2 mil espécies de flora e fungo (fungos) catalogadas no bioma, dos quais 413 são endêmicas (só ocorrem na região).

Predominantemente de pequeno porte, a fauna no Pampa tem que ser olhada, em sua maior parte, na direção das gramíneas.

— À primeira vista, a impressão é que o Pampa é pobre de espécies, porque a gente não vê grandes animais. Mas é muito grande a diversidade, [sendo] a maioria desses animais pequena e está ligada ao ambiente campestre, o que quer dizer que a maior parte dessa fauna do bioma não consegue viver em outros ambientes — afirma o pesquisador do Museu de Ciências Naturais, da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul, Glayson Bencke.

Só de peixes há mais de 330 espécies, dos quais uma em cada três são exclusivas do Pampa. Caso pitoresco é o dos pequenos peixes-anaís, assim chamados por viverem em poças de água temporária no meio do campo, principalmente em regiões de várzeas. São poças que inundam na época das chuvas, no inverno, e secam no final da primavera e verão.

— Todos os indivíduos adultos morrem na vazante, na poça seca, mas na verdade os peixes estão lá em forma de ovos, enterrados em lodo seco, que eclodem quando voltam as chuvas e

formam toda uma nova geração de peixes adultos.

São fenômenos interessantíssimos de interações ecológicas que podem ser simplesmente destruídas, segundo Bencke, quando se passa o arado, se planta soja onde antes havia campo natural; 60% desses peixes, não por acaso, estão no topo da lista das espécies ameaçadas de extinção.

De acordo com o Sistema de Avaliação do Risco de Extinção da Biodiversidade (Salve), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), das 1.622 espécies avaliadas (todos os vertebrados e alguns invertebrados), 78 estão em categorias de ameaça.

São 15 as espécies na categoria criticamente em perigo, caso do peixe-anual, albatroz-errante, cardeal-amarelo. Outras 23 estão em perigo, como iguaninha-azul, maçarico-rasteirinho e o maçarico-de-costas-brancas, e 40 estão em situação vulnerável, entre eles, o macaco bugio, o papagaio-de-peito-roxo, o lobo-guará, o tamanduá-bandeira, o gavião-cinza, o gato-azul e o gato-do-mato e veado-campeiro.

Das 120 espécies de mamíferos do Pampa, algumas que ocorrem em outros biomas, como o lobo-guará, o veado-campeiro e o tamanduá-bandeira, estão se tornando figuras difíceis de serem avistadas.

— Eles eram muito típicos do Pampa. Infelizmente, o lobo-guará está quase extinto por aqui, quando se documenta algum por foto, se comemora. O veado-campeiro, que havia em abundância no passado, e se escondia nas moitas de gramíneas, está cada vez mais



No alto: peixe-anual, papa-moscas-do-campo, perereca, veste-amarela e sapinho; acima: zorrilho e gato-palheiro-pampeano

escasso. Outra espécie, que considero um símbolo, o gato-palheiro (gato selvagem nativo), que vive na palha nos campos, está bastante ameaçado: sofre com atropelamento e com a perda de ambiente pela conversão do campo — expõe Bencke.

O Pampa abarca um universo de 565 espécies de aves que habitam áreas florestais, úmidas e de campo nativo. Há espécies, como os caboclinhos, que se alimentam exclusivamente das sementes minúsculas de capins nativos. As porções secas dessas gramíneas viram material para construção de seus

ninhos.

O bioma é ainda pouso certo para variadas espécies migratórias, muitas das quais são costeiras.

— Regiões importantíssimas em termos continentais para a concentração de aves migratórias, como o Parque Nacional da Lagoa do Peixe ou mesmo a costa do Rio Verde do Sul, que tem praias, extensas, abertas, estão no Pampa — diz o pesquisador Glayson Bencke.

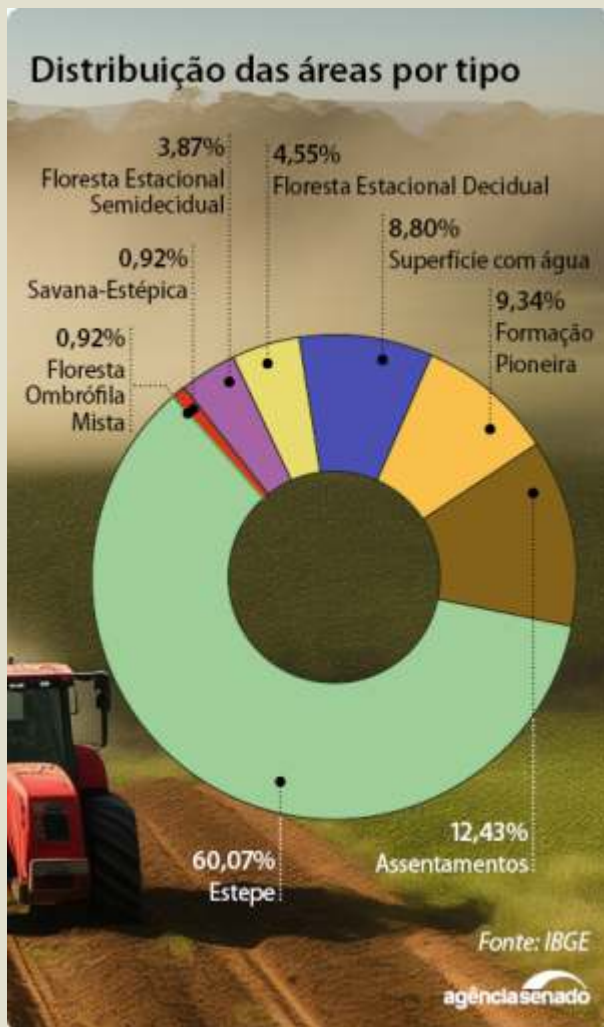
Uma das aves migratórias é o maçarico-do-campo, que se reproduz nas pradarias da América do Norte e, quan-

do é inverno nos Estados Unidos e Canadá, migra para o Pampa sul-americano, em surpreendente caminho de até 23 mil quilômetros de ida e volta a cada ano. Já o maçarico-acanelado, que se reproduz principalmente no Alasca e no Canadá, chega a percorrer 33 mil quilômetros nas suas migrações anuais para os campos litorâneos sulinos.

Mas há migrações entre os biomas brasileiros também, como as aves aquáticas que se deslocam entre o Pampa e o Pantanal, entre elas, o cabeça-seca, o colhereiro, o gavião-caramujeiro e o pato-de-crista.

— Então, nós estamos falando de espécies que simplesmente conectam ecologicamente regiões nas suas migrações anuais. A gente tem acompanhado e monitorado algumas dessas espécies, à medida que elas perdem o seu ambiente, os campos naturais, elas acabam se concentrando em áreas cada vez menores. O risco é porque essas áreas não são sempre iguais todos os anos — diz.

“A proteção ambiental não é apenas uma questão ética ou de conformidade legal para os produtores rurais, mas uma parte integral da estratégia para garantir a sustentabilidade e a rentabilidade das atividades”



“Mas, dependendo das regiões do Pampa, a gente tem uma composição com inúmeras outras famílias de plantas que dão uma característica diferente para esse campo. Embora predominem as gramíneas, nós temos outras famílias presentes que a gente chama de ervas”

Peixe-anual, papa-moscas-do-campo, perereca, veste-amarela e sapinho: espécies típicas do Pampa Vinicius Bertaco, Glayson Bencke e Patrick Colombo

Pesquisador em ecologia de invertebrados, especialmente drosofilídeos (popular mosca da fruta), o professor da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) Jean Poppe averiguou como esses organismos se comportam no Pampa nativo e no que já foi convertido.

— O que nós percebemos é uma grande perda de biodiversidade quando

o campo nativo é convertido em pastagem, é convertido em lavoura de soja, milho, trigo, e quando as matas são fragmentadas.

Alguns drosofilídeos se alimentam de fungos que crescem na matéria orgânica em decomposição e acabam, de certa forma, ajudando no equilíbrio do ecossistema, assim como podem atuar na polinização.

— Se eu converter o campo, eu perco uma biodiversidade específica que tem preferência pelo campo e só usa a mata como um refúgio temporário. Se eu fragmentar muito a mata, nós já temos

indícios de uma perda de 30%, 40%, 50% da biodiversidade desses insetos.

Um ecossistema em desequilíbrio abre espaço para espécies exóticas (introduzidas) se estabelecerem, destaca Poppe, causando prejuízos econômicos e a outras espécies.

Além da conversão, as alterações climáticas também trazem resultados negativos. Ao participar de projeto desenvolvido em parceria para a implantação de sistemas rurais sustentáveis em uma região do Rio Grande do Sul, o pesquisador percebeu a dificuldade em se conseguir abelhas durante a procura e coleta de enxames, que seriam destinados à multiplicação e à disponibilização de colmeias para a agricultura familiar.

— Em 10% dos locais [onde foram instaladas as colmeias], a gente conseguiu manter os enxames. Pelo menos 50% se perderam por conta de fatores climáticos —relata Poppe.

(Fonte: Agência Senado)

VIDA CONECTADA

Impactos emocionais e físicos do vício em telas na era digital

Vivemos em um mundo globalizado, não há como escapar, a tecnologia está em toda a parte, e a cada dia temos novos avanços tecnológicos. Hoje nosso banco, nosso contato rápido para resolvermos algo, nosso transporte, se encontram na palma das nossas mãos e solucionamos grande parte da nossa vida pelas telas.

Todavia, se usadas em excesso, elas podem trazer prejuízos para nós e para nossa família, através dessa hiperconectividade nas telas (Celular, Tv, Tablets, notebook, smartwatches). O estilo e a qualidade de vida dos seres humanos têm mudado e trazido graves consequências, principalmente a dependência tecnológica.

O que acontece é que as notificações chamam a nossa atenção o tempo todo, elas nos distraem e com isso viciam o nosso cérebro, porque a cada distração atendida é liberada dopamina no sangue - quem nunca ficou esperando a próxima notificação ou ansioso(a) pelo like do crush? - trazendo uma sensação boa, de prazer. Isso nos atrapalha a nos concentrar em algo produtivo, pois o gasto energético para o cérebro focar é grande, logo, escolhemos o que é mais

fácil e momentaneamente recompensador, ficamos viciados então nas redes sociais, assim como acontece com o cigarro ou outros vícios.

As distrações não nos permitem ressignificar nossas dores, angústias, prazeres e desprazeres, perde-se o foco no momento, e isso gera sintomas, como o pensamento acelerado, o foco passa a estar muito no futuro ou no passado, vêm a insatisfação com a vida, o sentimento de vazio, porque estamos recebendo o tempo todo fragmentos de informações. Não há espaço para o pensamento crítico, o agregar de saberes verdadeiramente importantes, que nos levará a reflexões profundas e significativas sobre nós mesmos, o outro e o mundo, prejudicando nossa saúde emocional e nosso QI (quociente de Inteligência).

Além dessas questões emocionais e intelectuais, há os danos físicos, pois o excesso de uso das telas promove problemas como dificuldades na visão desde muito cedo (ressecamento e miopia), diminuição da produção de melatonina, o que gera problemas de indução ao sono, danos em relação a dores de cabeça e na coluna, e o sedentarismo.

De acordo com as recomendações

das Sociedades Americana e Brasileira de Pediatria, para cada faixa etária existe uma recomendação diferente a respeito do tempo com as telas digitais, como:

- 0 a 2 anos - Zero (nada de telas);
- 2 a 5 anos - 1 hora por dia;
- 6 a 10 anos - 2 horas por dia;
- 11 a 18 anos - 3 horas por dia.

Nosso cérebro se desenvolve muito significativamente até os 5 anos de idade, e continua até os 30 anos. Uma das principais regiões que leva mais tempo para se desenvolver é a do córtex pré-frontal, que é responsável por controlar impulsos, resolução de problemas, manter a atenção, entre outros, sendo imaturo ainda quando somos crianças e adolescentes. Essas faixas etárias têm mais dificuldade em lidar com esses estímulos digitais porque não conseguem ponderar o uso nem controlar por completo seus próprios impulsos, deixando-os mais propensos a se viciar.

O uso excessivo das telas está levando ao surgimento de um novo Transtorno Psicológico, que está sendo estudado e já pedido por muitos psicólogos para fazer parte do DSM 5 (Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais) - A Nomofobia ("no mobile phone



Fotos: Divulgação

“As distrações não nos permitem ressignificar nossas dores, angústias, prazeres e desprazeres, perde-se o foco no momento, e isso gera sintomas, como o pensamento acelerado, o foco passa a estar muito no futuro ou no passado, vêm a insatisfação com a vida, o sentimento de vazio, porque estamos recebendo o tempo todo fragmentos de informações”



Vivianne Fernandes
é psicóloga clínica

phobia”). Ele leva as pessoas a não só a ficarem muito tempo expostas ao celular, mas a se relacionarem com ele de forma disfuncional, principalmente os adolescentes. Por ainda estarem com o cérebro em formação, há um medo irracional de ficar sem as telas ou ser impedido de usá-las por algum motivo, sentindo também (quando em abstinência) tremores, taquicardia, sudorese, irritabilidade, entre outros. Passam a acreditar que são mais felizes no mundo virtual do que no real, a depender de curtidas e compartilhamento para ter autoestima e a se isolar em casa.

Na idade adulta, pesquisas alertam que, se passar cinco horas por dia em frente às smartTvs, é possível que o cérebro passe a ter atrofia, principalmente no córtex cerebral, que é a parte mais evoluída que nós temos.

A professora de Estudos Sociais de Ciências e Tecnologia do Massachusetts Institute of Technology - Sherry Turkle, afirma que: “A tela exagerada entra na vida de uma pessoa quando as relações humanas não ocupam seu devido lugar”, ou seja, a interação humana ainda é a melhor forma que temos para nos desenvolver, para evoluirmos e nos sentirmos completos.

O nosso vínculo afetivo uns com os outros, a conexão emocional que fazemos com os nossos filhos, o trocar experiências e criar fortes elos de amizade nos geram uma das coisas que são mais essenciais para o ser humano, a necessidade de pertencimento e aceitação, suprida. Quando isso não está acontecendo, certamente estamos adoecendo.

Por isso, quero aproveitar para indagar: você tem criado conexão emocional com as pessoas próximas a você? Tem separado um tempo para investir nas suas amizades? Você consegue dizer o que está se passando no coração dos seus filhos? Conhece com intimidade os desejos mais profundos do (da) seu (sua) esposo (a)? Pare um pouquinho esta leitura para refletir sobre isso!

Alguns passos importantes para combater a dependência digital, como:

■ **1** - Compreenda os motivos de estar passando tanto tempo no digital.

■ **2** - Utilize aplicativos que monitorem e o avise o tempo diário que está nas telas.

■ **3** - Não se isole, combine com amigos e familiares para sair e conversar, socializar sem o celular, ficando no momento presente, é uma forma de detox.

■ **4** - Desligue as telas uma hora antes de dormir, para que consiga fazer uma boa higiene do sono.

■ **5** - Fazer atividades físicas é uma boa fonte para que o corpo receba os hormônios que geram sensação de prazer e bem-estar, como a dopamina e a serotonina.

■ **6** - Substitua parte do tempo que fica nas telas por outras atividades, como a literatura, alongamentos, xadrez, pois isso vai ajudar a se concentrar melhor em si mesmo e em seus pensamentos (uma troca é preciso para substituir e lidar com a abstinência).

Para quem tem filhos – crianças ou adolescentes, há também algumas estratégias importantes, como:

■ **1** - Crianças e adolescentes só possuem telas porque os adultos permitem, logo, é preciso fazer um acordo, um combinado, estabelecendo o tempo que ficarão no celular durante o dia e não os deixe trocar o dia pela noite, é preciso um horário fixo para dormir todos os dias.

■ **2** - Façam atividades juntos, com tempo e qualidade, atividades ao ar livre, jogos de tabuleiro, construção física de algo que ambos achem interessante, como um balanço, uma horta, uma pintura, etc.

■ **3** - Explique que momentos de ócio também são importantes, o tédio é necessário para entrarmos em estado contemplativo, de criatividade e também para o descanso.

■ **4** - Procure para eles atividades em grupo, assim, ao mesmo tempo que praticam exercícios, desenvolvem habilidades sociais como a comunicação, a empatia, a interação social, e outros. Exemplo: Vôlei, futebol, natação, peteca.

■ **5** - Seja o exemplo que você quer que os seus filhos sigam, da mesma forma que você não quer vê-los o tempo todo no game, ou celular, você também precisa se monitorar – consuma com moderação.

■ **6** - Durante as aulas o celular deve ficar desligado, para melhor aprendizado.

Não precisamos tratar as telas, a internet como nossas inimigas, o ideal para a nossa saúde mental é que as usamos de modo consciente, como uma ferramenta para nos auxiliar. Se não estiver conseguindo sozinho (a), procure ajuda profissional, a Psicoterapia é de extrema importância. ●

Itaipu investirá R\$ 1,3 bilhão em Belém para a COP 30

Aporte para melhoria da infraestrutura da capital paraense foi anunciado no dia 6 de maio pelo presidente Lula. A capital paraense sediará, em 2025, o evento da ONU sobre mudanças climáticas

Por Humberto Azevedo

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional, Enio Verri, anunciaram no início de maio, em Brasília, investimento de R\$ 1,3 bilhão para melhoria da infraestrutura de Belém (PA). A cidade sediará a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, a COP 30, em 2025.

O valor representa o maior aporte financeiro da Itaipu fora da área de abrangência da empresa, que compreende os 399 municípios do Paraná e 35 do Mato Grosso do Sul.

Participaram da cerimônia, no Palácio do Planalto, o governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), o prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues (PSOL), diversos ministros, diretores da Itaipu, representantes de órgãos públicos e autoridades federais, estaduais e municipais.

Na ocasião, foram assinados três convênios, o primeiro deles com a Secretaria de Estado de Obras Públicas para o aprimoramento de infraestrutura viária e implantação do Parque Linear Doca, na Avenida Visconde de Souza Franco. Estão previstas várias ações, como a execução de 50 km de



Esta será a primeira vez que a Amazônia, bioma essencial para o combate à mudança do clima, sediará uma COP

rede coletora de esgoto, 4,8 mil ligações de esgoto, pavimentação de vias de acesso à COP 30, implantação de vias marginais do Canal Água Cristal, equipamentos de controle de tráfego, entre outras. O investimento passa de R\$ 1 bilhão.

O segundo convênio, no valor de R\$ 323,5 milhões, foi assinado pela Itaipu e a Prefeitura de Belém e prevê a implantação do Parque Urbano Igarapé São Joaquim, incluindo projetos de arquitetura, paisagismo, rede de esgoto, abastecimento, iluminação pública, pavimentação e sinalização viária.

O acordo contempla ainda reforma e revitalização do Complexo Ver-o-Peso, símbolo da capital paraense que abriga um dos mercados mais antigos do Brasil, e a restauração do Mercado Municipal de São Brás, construção histórica no centro da cidade.

Foi assinado ainda um convênio no valor de R\$ 41,8 milhões envolvendo a

Itaipu, o Parque Tecnológico Itaipu (PTI), a Prefeitura de Belém e a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp), para o desenvolvimento de metodologia para a gestão de resíduos sólidos, ações de educação ambiental e de inovação em biotecnologia.

A COP 30

A 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30) será realizada em novembro de 2025, na cidade de Belém, no Pará. Será a primeira vez que a Amazônia, bioma essencial para o combate à mudança do clima, sediará uma COP. A Conferência reúne anualmente lideranças mundiais para debater soluções para conter o aquecimento global e criar alternativas sustentáveis para a vida no planeta. Em 2024, a COP 29 será no Azerbaijão.

O NÚMERO DE CASOS E MORTES **DOBROU** EM MATO GROSSO.

DENGUE:

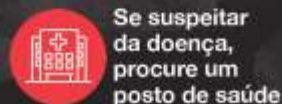
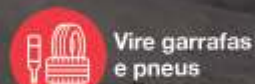
OU VOCÊ MATA O MOSQUITO OU ELE TE MATA.



Com o trabalho do TCE-MT, mais de 8 mil Agentes de Saúde e de Combate às Endemias, fundamentais na luta contra a dengue, tiveram suas atividades regulamentadas.

Juntos vamos derrotar a dengue.

Elimine focos de água parada na sua casa:



SAIBA MAIS SOBRE O MARCO REGULATÓRIO

Número de casos e mortes comparado com o início de março de 2024.
Fonte: Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT).

RDM
REDE DE MÍDIAS

28
anos

BRASÍLIA | RIO DE JANEIRO | SÃO PAULO | CUIABÁ



Grupo RDM (Rede de Mídias Brasil), há 28 anos ininterruptos, é o maior sucesso editorial do Centro-Oeste brasileiro. Neste ano de 2024, assumimos a posição de um grupo nacional de comunicação social, com escritórios editoriais no eixo Brasília-Rio-São Paulo, e daqui, para o mundo via internet. GRUPO RDM Brasil, orgulho de ser desta terra!

BRASÍLIA-DF

📍 SHS Quadra 06 - Bloco F - Sobre Loja, Complexo Brasil 21
☎ Tel.: (61) 2193.1409 - 98160-3377 - CEP 70.316-102
@ midia@revistardm.com.br

RIO DE JANEIRO-RJ

📍 Rua Visconde de Pirajá, 495 - Ipanema
☎ Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 22.401-003
@ midia@revistardm.com.br

SÃO PAULO-SP

📍 Alameda Santos, 1817 Cj 112 - Cerqueira Cesar
☎ Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 01.419-909
@ midia@revistardm.com.br

CUIABÁ-MT

📍 Rua Hermenegildo Correia Galvão, 147 - Bairro Santa Rosa
☎ Tel.: (65) 3623-1170 9682-1470 - CEP 78.040-240
@ midia@revistardm.com.br